

<b>Do Cargo</b>	
<b>Nome do Cargo</b>	<b>Presidente</b>
<b>Nível do Cargo</b>	CCE 1.17
<b>Orgão de Atuação</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
<b>Requisitos Legais</b>	<p>DECRETO Nº 11.229, DE 7 DE OUTUBRO DE 2022 - Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do CNPq.</p> <p>PORTARIA CNPQ Nº 1.118, DE 20 DE OUTUBRO DE 2022 que aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e detalha o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Anexo II do Decreto nº 11.229, de 7 de outubro de 2022.</p> <p>DECRETO Nº 10.829, DE 5 DE OUTUBRO DE 2021.</p>
<b>Das Responsabilidades</b>	
<b>Principais Responsabilidades</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. representar o CNPq, em juízo ou fora dele, podendo constituir mandatário para esse fim;</li> <li>2. executar e mandar executar os programas e ações do CNPq e as demais decisões da Diretoria-Executiva e do Conselho Deliberativo;</li> <li>3. convocar e presidir as reuniões do Conselho Deliberativo, com direito ao voto de qualidade, além do voto ordinário;</li> <li>4. convocar e presidir as reuniões da Diretoria-Executiva do CNPq;</li> <li>5. editar atos relativos ao funcionamento do CNPq, conforme as decisões do Conselho Deliberativo e da Diretoria-Executiva, conforme o caso;</li> <li>6. designar os dirigentes das unidades técnicas e administrativas;</li> <li>7. atender às necessidades urgentes da gestão do CNPq, ad referendum do Conselho Deliberativo e da Diretoria-Executiva; e</li> <li>8. designar um dos Diretores para substituí-lo em suas ausências e impedimentos.</li> </ol>
<b>Escopo de Gestão/Equipe de Trabalho</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Gabinete;</li> <li>2. Assessoria de Comunicação Social;</li> <li>3. Assessoria de Gestão Estratégica e Governança;</li> <li>4. Procuradoria Federal;</li> <li>5. Auditoria Interna;</li> <li>6. Diretoria de Gestão Administrativa;</li> <li>7. Diretoria de Análise de Resultados e Soluções Digitais;</li> <li>8. Diretoria Científica; e</li> <li>9. Diretoria de Cooperação Institucional, Internacional e Inovação.</li> </ol>
<b>Dos Critérios Obrigatórios</b>	
<b>Critérios Gerais</b>	<p>Conforme a <a href="#">Lei nº 14.204, de 2021</a>:</p> <p>Art. 9º São critérios gerais para a ocupação de cargos em comissão e de funções de confiança na administração pública federal direta, autárquica e fundacional:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. idoneidade moral e reputação ilibada;</li> <li>2. perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo em comissão ou com a função de confiança para o qual tenha sido indicado; e</li> </ol>

	<p>3. não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.</p>
<b>CrITÉRIOS EspecÍficos</b>	<p>Conforme o <a href="#">Decreto nº 10.829, de 2021</a>.</p> <p>Art. 19. Além do disposto no art. 15, os ocupantes de CCE ou de FCE de níveis 15 a 17 atenderão, no mínimo, a um dos seguintes critérios específicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. possuir experiência profissional de, no mínimo, seis anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função; ou</li> <li>2. ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança equivalente a CCE de nível 13 ou superior em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, seis anos; ou</li> <li>3. possuir título de mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função; ou</li> <li>4. ter realizado ações de desenvolvimento de liderança, estabelecidas pelo Ministério da Economia, com carga horária mínima de cento e vinte horas.</li> </ol>
<b>Dos Requisitos Desejáveis</b>	
<b>Formação e Experiência Desejáveis</b>	<p>Além do disposto acima, os ocupantes de CCE ou de FCE de nível 17 atenderão, no mínimo, a um dos seguintes critérios específicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Formação acadêmica em nível de Doutorado, em qualquer área do conhecimento;</li> <li>2. Experiência gerencial em atividades de coordenação e gestão pública nas áreas de ciência, tecnologia ou inovação junto às esferas federal, estadual ou municipal ou à iniciativa privada;</li> <li>3. Experiência em projetos envolvendo gestão de equipes e processos; Atuação prévia na pesquisa científica ou tecnológica, referencialmente multi ou interdisciplinar;</li> <li>4. Noções de direito público;</li> <li>5. Ter conhecimentos intermediários de orçamento público e finanças; Noções de planejamento;</li> <li>6. Conhecimento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI);</li> <li>7. Domínio da língua inglesa; e</li> <li>8. Domínio de uma segunda língua estrangeira.</li> </ol>

<p><b>Competências Desejáveis</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li><b>1. Gerenciamento</b> - gerenciar as estratégias definidas pelo CNPq, por intermédio das necessárias negociações, resoluções de problemas e ajustes no processo de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das ações de CT&amp;I sob sua responsabilidade;</li> <li><b>2. Articulação e negociação</b> - identificar, articular, negociar e estabelecer parcerias e alianças com os atores sociais, econômicos e políticos relevantes, necessárias ao alcance dos resultados pretendidos;</li> <li><b>3. Liderança</b> - mobilizar os atores para a realização dos objetivos institucionais e dos projetos e programas definidos, em especial por meio de negociação;</li> <li><b>4. Gestão de Recursos</b> - capacidade de gerir recursos e serviços para prover a efetiva funcionalidade da instituição, de forma eficaz e eficiente, respeitando os princípios de sustentabilidade;</li> <li><b>5. Gestão de Pessoas</b> - capacidade de gerir pessoas para obter um alto desempenho institucional e individual, promovendo o bem-estar e o reconhecimento da equipe;</li> <li><b>6. Visão de Futuro:</b> Capacidade para imaginar e prospectar futuros, de traçar diretrizes estratégicas para a organização e para a sociedade, tendo por base as características históricas, o contexto e as tendências em âmbito local, regional, nacional e internacional, aliada à capacidade para imaginar e prospectar cenários para além do futuro imediato.</li> <li><b>7. Comunicação Estratégica</b> - Capacidade de comunicar propósitos, planos e estratégias, de estabelecer uma comunicação que represente e legitime a atuação da organização.</li> <li><b>8. Mentalidade Digital</b> - Integrar as tecnologias digitais com os modelos de gestão, com a geração de produtos e serviços, com as estratégias de relacionamento e atendimento aos usuários e com os processos decisórios, viabilizando a celeridade e efetividade dos serviços prestados aos usuários e cidadãos.</li> </ol>
<p><b>Outros Requisitos Desejáveis</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ter conhecimentos intermediários de orçamento público e finanças;</li> <li>2. Ter conhecimento de ferramentas computacionais e tecnologias modernas, desktop e mobile;</li> <li>3. Ter noções do processo parlamentar de elaboração e aprovação de emendas;</li> <li>4. Ter experiências em comissões e grupos de trabalhos no âmbito do SNCTI;</li> <li>5. Ter experiência profissional em gestão de acordos, convênios e/ou chamadas públicas envolvendo parcerias entre o setor público, empresas e/ou outras instituições públicas;</li> <li>6. Ter experiência no estabelecimento e na manutenção de contatos e acordos com representantes de instituições estrangeiras;</li> </ol>